

A pandemia e os entregadores por aplicativo: algumas considerações sobre a precarização do trabalho

MATHEUS FERNANDES DE CASTRO*

Resumo: Pretende-se apresentar uma discussão sobre o trabalho de entrega por aplicativos que, apesar de ser uma atividade recente, reúne novidades e antigas questões do mundo do trabalho. Dá-se destaque ao fenômeno da precarização do trabalho e seus impactos para os entregadores, mostrando o agravamento de antigas questões a partir do desencadeamento da Pandemia da COVID-19. De forma alguma pretende-se esgotar a discussão, mas levantar alguns pontos para o debate.

Palavras-chave: Uberização; Trabalho Precário; Motoboy.

Pandemic and delivery couriers by app: some considerations about the job insecurity

Abstract: We intend to present a discussion about application delivery work which, despite being a recent activity, brings together news and old issues from the world of work. Emphasis is placed on the phenomenon of precarious work and its impacts on deliverers, showing the worsening of old issues from the onset of the Covid-19 Pandemic. In no way it is intended to exhaust the discussion, but to raise some points to the debate.

Key words: Uberization; Precarius Work; Motorcyclers-using courier.



* **MATHEUS FERNANDES DE CASTRO** é Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP); professor e chefe do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da Unesp de Assis.

Novas e antigas conformações do trabalho na cidade: os entregadores por App.

Durante a Pandemia da COVID-19, tem-se vivenciado diferentes graus de isolamento social e os entregadores, assim como outros tantos trabalhadores, estão na linha de frente para a sustentação de uma parte do estilo de vida da sociedade atual. Eles entregam comida, remédios, livros, presentes, documentos, dentre uma infinidade de coisas solicitadas através do telefone e, principalmente, através dos ambientes virtuais que costumamos chamar de redes sociais e aplicativos. O que se compra no conforto do lar com apenas um click é, na maioria das vezes, o início de uma cadeia de acontecimentos que vai culminar na atividade de entrega. Com a impossibilidade, pelo menos oficial, de promover aglomerações e com a necessidade de manter distanciamento social, em menor ou maior grau, dependendo dos índices de contaminação, os ambientes virtuais parecem ter assumido um protagonismo na manutenção do consumo, do trabalho, do lazer, da cultura, do contato entre pessoas, dentre outros.

As atividades desenvolvidas diariamente pelos entregadores que trabalham por aplicativo garantem o funcionamento de um complexo sistema produtivo e comercial que vem sendo desenhado e desenvolvido ao longo de décadas, nos mais diversos territórios, no Brasil e no mundo. Milton Santos (1994, 2005) denominou esses sistemas que impulsionam uma nova urbanização, de meio técnico científico informacional, que se apresenta nas cidades do terceiro mundo como um espaço dividido (Santos, 2004), onde encontramos um *circuito superior* e um *circuito inferior* da economia. Tais aplicativos são um fenômeno recente

que poderíamos alocar no circuito superior, devido às suas características: ele é marcado por sua proximidade com as informações globais que tentam conformar o território, sendo imitativo destas e representado por grandes empresas dos setores produtivo moderno, serviços modernos, de comércio moderno, exportação, financeiro e de alta tecnologia, ou seja, empresas de capital intensivo.

Enquanto isso, o circuito inferior se caracteriza pelo senso de oportunidade dos agentes frente às contingências: caracteriza-se pela criatividade, pela sua grande vinculação com o lugar e pelo trabalho intensivo, ou seja, usa uma grande quantidade de mão de obra. Como nos mostra Castro (2020), os motoboys, trabalhadores que também realizam entregas por aplicativo nas cidades brasileiras, pertencem ao circuito inferior da economia, fazendo a conexão entre os dois circuitos descritos por Santos (2004) e deflagrando, nas ruas das cidades, com seu grande contingente de trabalhadores, a dinâmica totalizante do espaço. Os entregadores também se apresentam em grande número no espaço urbano, pois também funcionam sob a forma de trabalho intensivo, principal aspecto, que caracterizaria as atividades do circuito inferior.

Novas e antigas conformações e, também, novos e antigos processos revelam-se através da presença dos entregadores como uma atividade essencial para o funcionamento da cidade. Eles expõem as necessidades de uma integração, altamente complexa, de nosso sistema produtivo, pautado nas tecnologias de informação, e o estilo de vida de nossa sociedade, pautado no consumo. E este último, cada vez mais virtual, mas também, cada vez mais

*atual*¹. Ou seja, o que visualizamos com o consumo por aplicativo corrobora com a complementaridade entre os dois circuitos, integrando a modernização digital e o capital intensivo dos serviços modernos ao trabalho intensivo dos entregadores.

Segundo Castells (2003), as tecnologias de informação assumiram um papel central nos sistemas produtivos atuais, deixando de ser apenas uma ferramenta que os compõem, para se tornar a própria base onde eles se assentam. Para Srnicek (2018), as novas tecnologia permitiram o surgimento de uma economia digital, ou capitalismo de plataforma, que se tornou o grande farol para o sistema produtivo como um todo, organizando a economia mundial como um modelo hegemônico, atingindo as cidades, as empresas, as instituições e a vida cotidiana. A centralidade dos meios digitais, se evidencia de diferentes formas, contudo a sociabilidade mediada pelas redes sociais e o consumo por aplicativos ficaram bastante destacados em nosso dia a dia durante esta pandemia, mesmo para aqueles que tinham dificuldades em reconhecer esse fenômeno.

É também por meio das redes sociais que muitos entregadores têm denunciado os aplicativos durante a Pandemia, por não lhes fornecer equipamentos básicos de proteção, para que se previnam e não se contaminem, como máscaras e álcool em gel. O sofrimento, a obstinação, o empreendedorismo e as dificuldades para sobreviver deste tipo de trabalho se evidenciam aí, de uma só vez, nessa expressão de resistência, feita no

próprio ambiente virtual, que abriga também os aplicativos que têm contribuído para a precarização do trabalho. Como nos mostram alguns estudos da Psicologia Social (SATO, 2002, 2009, 2012; BERNARDO, 2009; CASTRO, 2020), resistir é uma das poucas possibilidades frente a uma contingência nefasta, em um mundo onde o trabalho é central, mas a assimetria de poder entre seus diversos atores é enorme.

Uberização: um processo em curso

Como nos mostram Alves (2000, 2011, 2013, 2018) e Antunes (1999, 2018, 2019), já há muitos anos temos observado a precarização do trabalho e as dificuldades vividas pela *classe que vive do trabalho*, bem como os impactos dessas questões na vida e na saúde, tanto física como mental, das pessoas que trabalham. Um dos temas centrais na última década tem sido a Uberização, descrita por Slee (2017), também, como uma nova onda de trabalho precarizado. Para este autor, algumas, dentre as grandes corporações, se valeram do entusiasmo gerado com as novas possibilidades de uma economia de compartilhamento (Gig Economy), através da internet, e subverteram a solidariedade e a cooperação em intensificação da exploração. Elas precarizaram o trabalho e a vida das pessoas, já que um dos principais pontos destacados pelo autor é a desresponsabilização ambiental destas corporações, devido ao modelo de negócio realizado através dos aplicativos.

Para Abílio (2019), a uberização do trabalho se apoiaria em dois pilares fundamentais: os aplicativos (assentados sobre as novas Tecnologias de Informação e a Inteligência Artificial) e os princípios neoliberais que norteiam a economia e as relações

¹ Forma como Levy (1994) optou por chamar “a nossa realidade física”, ou melhor o mundo off-line, em contraposição ao mundo virtual possibilitados pelas novas tecnologias de informação.

de trabalho. Eles permitiriam que grandes empresas que operam por plataformas explorem os trabalhadores no mundo todo, sem nenhuma, ou quase nenhuma proteção trabalhista. Tais fatos representam a materialização de décadas de transformações políticas que atravessam, de forma geral, o mundo do trabalho. De acordo com Antunes (2020), as mudanças nas formas de organização, gerenciamento e controle do trabalho, trazidas pelo fenômeno da uberização, que transferem para os trabalhadores os riscos da atividade, são o resultado de um longo processo em curso no mundo.

Castro (2004, 2020), ao pesquisar mototaxistas de uma cidade do interior do estado de São Paulo e motoboys da cidade de São Paulo, respectivamente, mostra a transferência da posse dos meios de produção e dos riscos da atividade para os trabalhadores, muito antes da existência dos aplicativos de entrega. Além disso, encontramos tanto entre os mototaxistas, como entre os motoboys, extensas jornadas de trabalho que ultrapassavam as 8 horas diárias, chegando mesmo a mais de 12 horas e, em alguns casos, principalmente entre os mototaxistas, elas se estendiam durante os 7 dias da semana. Também, dentre estes últimos, pôde verificar longos períodos de espera entre uma chamada e outra, ou seja, tempo de trabalho não remunerado, pois ganhavam por viagem feita, ou *por peça*, como se diz atualmente sobre o trabalho uberizado. Um fato de destaque e que merece a atenção, é que nessas pesquisas foram entrevistados trabalhadores com formação universitária realizando essas atividades informais e consideradas precárias, como forma de sobrevivência, ou seja, como tentativa de sobrepujar o desemprego.

Tais fatos são importantes e merecem ser sublinhados, pois atualmente observamos uma proliferação desse fenômeno entre os trabalhadores por aplicativo em larga escala, atingindo uma série de pessoas que antes estavam mais afastadas dessa realidade.

Mas, em realidade, a uberização abarca diversas ocupações, atravessando o mercado de trabalho de alto a baixo, seja no presente, seja desenhando-se como um futuro próximo e possível. (ABÍLIO, 2020, p. 111)

Estes problemas têm se intensificado frente à última grande crise do capital que teve seu início em 2008 (ALVES, 2018). A partir daí temos assistido, no mundo todo, inclusive nos países centrais, o surgimento de uma nova categoria dentro do mundo do trabalho: o precariado. Segundo Alves (2013), o precariado é uma parcela dos trabalhadores que enfrenta inúmeras precarizações oriundas das mais recentes crises do sistemas de acumulação do capital. Eles realizam atividades de trabalho sem vínculo empregatício e com contratos de trabalho flexíveis, representando a materialização do tempo justo de trabalho (*just in time* do toyotismo) e que têm um grave comprometimento quanto às perspectivas de futuro profissional, em um mundo do trabalho cuja a tônica tem sido a informalidade e o desemprego.

Para Santos e Muñoz (2017) os jovens são os principais afetados pelas atuais configurações políticas e econômicas que interferem na dinâmica do mundo do trabalho. Tais transformações têm colocado as pessoas frente a uma grande dificuldade para encontrar suas primeiras possibilidades de inserção no mercado de trabalho, submetendo-os a uma enorme falta de expectativa. Esta

última tem imposto aos jovens a realização de uma série de trabalhos gratuitos, na esperança que esse despojamento e comprometimento sejam reconhecidos pelo sistema meritocrático, manipulador e mentiroso que tenta esconder, assim, os reais problemas do emprego, nos tempos atuais.

Segundo Manzano e Klein (2020), no Brasil, a questão do desemprego, após passar por um período de retrocesso entre 2012 e 2016, passa a se acentuar com as Reformas Liberais e as políticas de austeridade como o Teto de Gastos (em 2016), a Reforma Trabalhista (em 2017) e a Reforma da Previdência (em 2019). Medidas que não contribuíram para a diminuição do desemprego, mas que intensificaram a precarização do trabalho, no país. Neste cenário, pudemos observar o grande aumento do número de pessoas que buscaram nos aplicativos uma saída para sua situação. Ainda segundo os autores supracitados, ao analisarem os dados da PNAD Contínua, eles mostram que as atividades de transporte por aplicativos por meio de carros, táxis e caminhonetes cresceu 41,9%, enquanto a dos condutores de motocicletas 39,2%, entre o primeiro trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2020.

Soma-se a tudo isso uma Pandemia que atingiu gravemente a economia mundial e não fica difícil imaginar a piora do quadro.

Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020 (veremos que de fato serão efetivamente muitos mais, dada a invisibilidade odiosa que caracteriza o mundo do trabalho em nosso tempo), sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já

estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias. (ANTUNES, 2020, p. 12)

Na realidade, a mídia tem constantemente noticiado tais impactos e revelado dados sobre o aumento do desemprego. Segundo Souza (2020), há uma correlação visível entre a pandemia e a precarização do trabalho no país, o que leva a impactos negativos na vida e na saúde mental de várias categorias de trabalho, principalmente aquelas que são consideradas essenciais na Pandemia. Dentre elas, ele destaca os entregadores.

Os entregadores

De acordo com Antunes (2020) a pandemia não deve ser vista como o motivo principal da crise econômica atual, que tende a se agravar nos próximos meses e talvez anos. Ao longo desta última década, o sistema produtivo vem se deparando com uma série de limites – enquanto modelo de desenvolvimento –, em várias áreas, mas principalmente no âmbito social, econômico e ambiental. Tais impactos se revelam claramente no mundo do trabalho, através da crescente informalização e precarização das atividades laborais, com grandes impactos para a saúde mental dos trabalhadores.

Segundo Souza (2020), os trabalhadores informais, que sempre representaram uma grande parcela da população economicamente ativa do Brasil, foram muito atingidos pelo agravamento de uma crise econômica na Pandemia. Ou seja, a crise, de acordo com o autor, é anterior à Pandemia, mas se intensificou e impactou severamente a vida cotidiana. No caso específico dos entregadores, que se encontram dentro da parcela de trabalhadores informais, vimos, de acordo com reportagem

publicada pelo site da BBC News Brasil, em São Paulo², que o número de cadastros na Rappi (aplicativo de entregas), de pessoas querendo se tornar entregadores, aumentou 300%, em Março de 2020.

Mesmo a crise sendo anterior ao vírus, durante a pandemia muitos empregos foram perdidos e muitos negócios foram fechados. Diante deste contexto (crise econômica, perda de empregos e ocupações, o grande aumento de pessoas em desalento, proibição de aglomerações, dentre outros), ficou evidente o aumento das dificuldades para se encontrar uma nova colocação no mercado de trabalho, seja ela formal, ou mesmo informal. Talvez, isso nos jogue alguma luz sobre os motivos do aumento no cadastro dos aplicativos, por parte de pessoas que procuraram uma alternativa em meio à pandemia.

Para Manzano e Klein (2020), a atividade de entrega se apresenta como uma das principais formas de ingresso no mercado de trabalho, principalmente, durante a pandemia. Eles destacam que isso se dá de forma ainda mais evidente entre os jovens: no Brasil, em maio de 2020, o total de pessoas de até 29 anos que se encontravam ocupadas era de 25,5%, enquanto entre os entregadores, no mesmo momento, era de 40%. Obviamente, essa alternativa não se apresenta como algo livre de problemas, ou seja, de contradições. Contudo, por ser considerada como uma atividade essencial, no período de quarentena, e por não necessitar de diplomas, ou outras qualificações que demandem tempo e impeçam o ingresso imediato, se tornou uma saída possível para

aquisição de trabalho e renda para muitas pessoas, mas principalmente para os jovens. Rapidamente, esse quadro chamou a atenção da sociedade para essas pessoas que desenvolviam a atividade e que, momentaneamente, passaram a ser vistos, por alguns, como heróis – assim como outros trabalhadores de atividades consideradas essenciais para a manutenção do isolamento social.

O vírus se espalha pelo contato entre as pessoas, portanto a proximidade entre elas deve ser evitada e a atividade de entrega se vê diante de alguns impasses: como manter a distância em uma atividade que depende exatamente de sua capacidade de fazer contato com as pessoas, para lhes entregar coisas?; como viver o medo e os riscos reais de contaminação em uma profissão que foi considerada essencial para a sociedade, mas que ao mesmo tempo é mal remunerada e não fornece nenhum tipo de proteção em suas relações trabalhistas, principalmente quando se trata dos trabalhos por aplicativo? Diante do aumento do desemprego, do aumento no número de trabalhadores se cadastrando nos aplicativos, procurando uma ocupação, e dos riscos atuais de se executar uma atividade como esta, não fica difícil imaginar as consequências destes dados para estes trabalhadores.

As dificuldades para trabalhar nessa situação foram denunciadas pelos entregadores em dois grandes movimentos de abrangência nacional e mesmo internacional, com importantes repercussões e apoios dentro e fora do Brasil. Eles ganharam as redes sociais e a grande mídia, de formas diferentes. O primeiro movimento aconteceu no dia 1 de julho e o segundo, no dia 25 de julho – ambos em 2020. Contudo, graças à internet e às redes sociais, as denúncias dos trabalhadores – feitas diretamente

² Ver a reportagem “Coronavírus: entregadores de aplicativos trabalham mais e ganham menos na Pandemia, diz pesquisa”, em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>

nas redes, ou através de entrevistas, documentários, lives e etc. – não foram negligenciadas e foi possível que parte da população ouvisse seus protestos.

Dentre as reclamações, afirmavam: que não puderam contar com um auxílio efetivo dos Aplicativos, no que se refere ao provimento de EPI's (equipamentos de proteção individual), como álcool em gel e máscaras; que solicitaram o pagamento de licenças remuneradas para os trabalhadores que se contaminaram, ou que se contaminassem com o novo vírus e que, por isso, ficassem impedidos de continuar trabalhando, mas que, muitas vezes, não foram atendidos ou pior, foram bloqueados, por não estarem disponíveis para a realização do trabalho. Além disso, acusaram os aplicativos de reduzir as taxas de entrega, bem como de executar cortes³ de trabalhadores sem motivo aparente e não fornecer nenhuma explicação. Também denunciaram a displicência, ou mesmo falta de consideração de alguns clientes que não usavam máscaras e nem álcool gel durante a efetivação da entrega.

Dentro do mundo acadêmico, muitas publicações chamaram a atenção para o formato do *trabalho mediado por plataformas* (VAAN DOORN, 2017) e seus impactos na vida dos trabalhadores durante a Pandemia (ANTUNES, 2020; ABÍLIO et al. 2020; MANZANO E KLEIN, 2020; SOUZA, 2020). Contudo, dentre os trabalhos que levantamos e revisamos no período da

pandemia, poucos foram tão precisos e abrangentes ao tratar das relações de trabalho dos entregadores na pandemia, como Abílio et al. (2020). Os pesquisadores fizeram um trabalho de abrangência nacional, levantando e analisando a situação dos entregadores por aplicativo de quatro empresas do setor, através de um questionário online aplicado em 298 trabalhadores, em 29 grandes cidades do país, entre 13 e 27 de abril de 2020. Houve uma quantidade maior de respostas em São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Curitiba que, juntas, concentraram 82,9% dos questionários respondidos

Segundo Abílio et al. (2020), apesar de um aumento de 30% dos pedidos de entrega durante a pandemia, 58,9% dos entregadores dizem sentir uma queda em suas remunerações. Após uma análise dos rendimentos semanais divididos por faixas salariais, constataram que houve uma diminuição significativa da renda entre os entregadores que eram melhor remunerados (faixas de rendimentos acima de R\$ 520,00), quando comparados aos números antes da pandemia, e um grande aumento (quase o dobro) de trabalhadores na faixa com menor remuneração (R\$ 260,00), em comparação com os dados que representam o período imediatamente anterior à pandemia. Ainda olhando para os dados fornecidos pelos pesquisadores, vemos que entre os entregadores que aumentaram sua carga horária de trabalho, 52% deles, não puderam observar um aumento correspondente de sua remuneração, bem como, 50% do universo total de respondentes, apontaram quedas nos bônus que recebiam das empresas durante a pandemia. Dentre os respondentes, 50% dos 129 entregadores, que mantiveram sua carga horária de trabalho inalterada (relação

³ Quando o trabalhador é impedido, pelo aplicativo, de continuar realizando suas atividades, pois ele é bloqueado e não recebe mais trabalho. Esse bloqueio geralmente é temporário, mas, segundo os entregadores, sua aplicação não é clara em suas regras, nem quanto ao tempo que o bloqueio pode durar, nem mesmo quanto aos motivos que levam a ele.

entre os período anterior e o posterior à pandemia), afirmaram que houve uma diminuição de sua renda. Diante disso, os autores citados, chegaram a conclusão de que as empresas têm aplicado, durante a pandemia, uma diminuição das taxas pagas aos entregadores e que pode-se constatar um precarização das condições de trabalho pelo rebaixamento da remuneração.

De acordo com Manzano e Klein (2020), quando analisam dados da PNAD Contínua e da PNAD Covid-19, a precariedade do trabalho na categoria entregadores foi altamente intensificada pela diminuição dos rendimentos destes profissionais.

Para Abílio et al. (2020) a desresponsabilização trabalhista dos aplicativos em relação aos entregadores é um dos grandes aspectos que permitem verificar a precarização do trabalho que envolve este grupo de trabalhadores. Mostram que 57,7% dos entregadores disseram não ter recebido nenhum tipo de apoio das empresas no que tange à diminuição dos riscos de contágios existentes na atividade. Apenas 42,3% disseram ter recebido insumos de proteção (máscaras e/ou álcool em gel), ou algum tipo de orientação para a diminuição dos riscos de contágio, que existem na realização das tarefas de entrega.

A falta de comprometimento dos aplicativos com os trabalhadores foi apontada como um fator gerador de insegurança: 83,2% dos entregadores afirmaram sentir medo durante a realização de suas atividades depois da chegada da pandemia e por não terem recebido apoio suficiente, disseram que passaram a agir por conta própria no enfrentamento das condições de trabalho. Do universo total de respostas alcançadas, 96% disseram fazer uso de

algum tipo de medidas de proteção contra o vírus. No mesmo sentido vão os dados que apontam uma alteração no comportamento destes trabalhadores, quando 88% passaram a fazer uso de álcool gel, 74,8% de máscaras e 54,4% fazem entregas sem contato direto com os clientes.

Mesmo amedrontados e assumindo novos comportamentos, Segundo Manzano e Klein (2020), a porcentagem de entregadores que apresentaram, ao menos, um sintoma de contaminação pelo novo vírus foi maior que a média geral de contaminação entre os trabalhadores que se mantiveram em atividade durante a pandemia, 15,7% e 13,8%, respectivamente. Ainda segundo os mesmos autores, eles figuram entre os que menos se afastaram do trabalho.

Tal situação de precariedade nas condições de trabalho, enfrentadas nesse momento de pandemia, apesar de guardarem certa peculiaridade, nos fazem lembrar de situações passadas vividas pelos trabalhadores em geral. Gorz (2005) e Alencar (2007), ao tratarem dos impactos da reestruturação produtivas da década de setenta, aliados aos princípios neoliberais, afirmavam que diante do sistema produtivo vigente e suas precarizações, os trabalhadores se encontravam abandonados à própria sorte e que, portanto, deveriam assumir cotidianamente todas as responsabilidades sobre si e sobre a continuidade de execução de suas atividades, arcando, inclusive com possíveis custos. Tudo isso sublinha que os processos de consolidação da grande exploração observada hoje e disfarçada sob o rótulo de auto empreendedorismo, já vem sendo construído há algum tempo e combinam perfeitamente com alguns valores sociais, já que eles vem se mantendo e se fortalecendo em nossa sociedade: a ideia da livre negociação,

entre patrões e empregados, tem sido gestada há séculos no seio do liberalismo econômico e se encontra presente em nossa última Reforma Trabalhista, em 2017.

Diante de trabalhadores envolvidos por tal grau de tensão, ansiedade e medo, bem como pelo desamparo, enquanto trabalhador e sujeito social, salta aos olhos a necessidade de olhar mais atentamente para a saúde destas pessoas, já que a precarização do trabalho, há muito, vem sendo estudada como um fator de agravo à saúde do trabalhador. Principalmente a partir da década de noventa do século passado, sob publicações seminais, como da autora brasileira Edith Seligmann Silva (1994), as condições e a organização do trabalho vem sendo apontadas como desencadeantes de desgaste mental. Mais recentemente, Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) apontam a precarização como fator gerador de importantes danos à saúde dos trabalhadores.

Ao se referir à atividade de entrega por aplicativos, Souza (2020) afirma que a “precarização desse tipo de organização do trabalho fica especialmente visível na dimensão da saúde dos trabalhadores, sobretudo pela extenuação devido às longas jornadas, exponenciada pela desproteção [...]” (p. 7)

O autor sublinha as dificuldades enfrentadas por algumas categorias de trabalhadores durante a atual pandemia, onde destaca os entregadores como um dos grupos mais atingidos. Para Alves (2011), Casulo et al. (2018) e Castro e Casulo (2020), a precarização do trabalho se apresenta como algo que impacta o trabalhador tanto objetiva, quanto subjetivamente, expondo-o cada vez mais ao controle do sistema

produtivo, o que tem levado, em muitos casos, ao adoecimento e à morte.

Diante de tudo isso, fica evidente que há em curso, uma desfiguração do sentido ontológico do trabalho que leva ao adoecimento e à auto culpabilização. Assim, o agravamento da crise econômica, que, como vimos acima, vem se desenvolvendo desde muito antes da pandemia, ganha destaque com a crise sanitária pelo agravamento do desemprego e pela consequente precarização do trabalho. Vimos que os trabalhadores do setor de entrega, por vários dos motivos expostos, são, hoje, uma das figuras mais atingidas por processos desencadeados há muito tempo, mas que se intensificaram com a pandemia. Sendo assim, cabe um grande esforço por parte da Psicologia Social e do Trabalho e de outras áreas afins, no sentido de compreender as dimensões sociais e humanas deste contexto, bem como, suas implicações para o desenvolvimento de uma vida mais sustentável, em seu significado mais amplo.

Não podemos perder de vista que a discussão dentro do campo da saúde do trabalhador, há muito é vista como uma questão social e não unicamente individual, com grandes impactos na dinâmica do espaço – especificamente na dinâmica das cidades –, entendido aqui, não como um palco, mas sim como uma instância social. Então o que vimos durante a pandemia foi a intensificação de uma exploração do trabalho que o precariza, bem como precariza as condições de vida dos entregadores e da sociedade como um todo, por mais que ela não “concorde” com isso. Devido a uma série de discussões sobre o trabalho advindas da polarização partidária, o caráter equívoco do trabalho vem sendo amplamente negado, ou pelo menos,

mal compreendido. Não se trata de negar o trabalho como fonte de saúde e bem estar, mas de compreender as complexas relações que se estabelecem entre o homem e o trabalho que, dependendo de suas condições e da forma como este se organiza, pode adoecer e até matar. Trata-se também de entender que as causas disso não recaem exclusivamente sobre o trabalhador, mas sim sobre muitos fatores que envolvem o trabalho.

A grande precarização da atividade de entrega por aplicativo, principalmente durante a pandemia, revelaram uma dinâmica que desresponsabiliza ambientalmente as empresas de entrega, pois sua falta de cuidado com os entregadores mostra uma falta de cuidado mais ampla, com a sociedade como um todo. Os trabalhadores abandonados à própria sorte, como ilustram as pesquisas supracitadas, representam um maior risco de contaminação não só dentro do grupo que desempenha esta atividade, mas também para todos. Face ao exposto, fica evidente a necessidade de rever as regulamentações que desobrigam os aplicativos a observar certas relações de trabalho, não para inviabilizar a atividade, mas para não inviabilizar a sociedade, através de uma extrema precarização da vida.

Referência

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041 Acesso em: 12.11.2020

_____. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2000.

ABÍLIO, L. C.; ALMEIDA, P. F.; AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M.; FONSECA, V. P.; KALIL, R. B.; MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL – DOSSIÊ COVID-19, p. 1-21, 2020.

ALENCAR, M. M. T. **O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado no Brasil?**. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. Trabalho, território e cultura. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **O Duplo Negativo do Capital**. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BERNARDO, M. E. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do**

toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CASULO, A. C.; SILVEIRA, C.; ALVES, G.; VASQUEZ, P. (orgs.) **Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da era neoliberal**. Bauru: Canal 6 (Projeto Editora Práxis), 2018.

CASTELLS, M.; **A Galáxia da Internet**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, Edição brasileira: 2003.

CASTRO, M. F. **Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas**. São Paulo: FiloCzar, 2020.

_____. **Asas do trabalho: um estudo do sofrimento no trabalho dos mototaxistas**. 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Trabalho) – Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade do Estado de São Paulo, Assis, 2004.

CASTRO, M. F.; CASULO, A. C. Pandemia do novo coronavírus e trabalho informal: breves elementos conceituais sobre precariado e subjetividade. **Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, Ano XIV, v. 25, 2020. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET25.htm>. Acesso em 28.11.2020.

FRANCO, T; DRUCK, G; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, dec. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=en&nrm=iso Acesso em: 28.11.2020.

GORZ, A. O trabalho imaterial. In: _____. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 15-27.

LEVY, P. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MANZANO, M.; KREIN, A. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Campinas: Cesit/Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/images/A>

[rtigos 2020/A pandemia e os motoristas e entregadores por aplicativo MANZANO M K REIN A 2020 .pdf](#) Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SATO, L. Prevenção dos agravos à saúde dos trabalhadores: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de Saúde Pública**, 18 (5): 1144- 1166, 2002.

_____. Trabalho: sofrer? constituir-se? resistir? **Psicologia em Revista**, 15 (3): 189-199, 2009.

_____. **Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SELIGMANN - SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataforma**. Buenos aires: Caja Negra, 2018.

SOUZA, D. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462021000100501&script=sci_arttext Acesso em: 26.11.2020.

VAN DOORN, N. Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Communication & Society**, v. 6, n.20, p. 898-914, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1369118X.2017.1294194?needAccess=true> Acesso em: 20.11.2020.

Recebido em 2020-12-18
Publicado em 2021-02-01